

Banco Pan S.A.

Proposta da Administração – 2016

AGOE - 29 de abril de 2016



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco Pan S.A. ("Pan" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2016.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia

Propomos que o montante global máximo da remuneração fixa dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 seja no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes à proposta da remuneração dos administradores da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo III a esta Proposta.

4. Destinação de lucro líquido da Companhia

Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481/09, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2015 encontra-se detalhada no Anexo IV a esta Proposta.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Banco Pan S.A. ("Pan", "Banco" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos, financiamento a empresas, financiamento imobiliário, cartões de crédito, cartões de crédito consignado, seguros e consórcio de veículos e de imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos de suas estruturas operacional e administrativa são absorvidos em conjunto ou individualmente por essas empresas.

Em maio de 2011, o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") adquiriu a totalidade das ações do Pan de titularidade do Grupo Sílvio Santos, passando a compartilhar o controle do Pan com a Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), por meio de um acordo de acionistas.

Também em 2011, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial entre os acionistas controladores e a Companhia, de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica, bem como a complementaridade e alinhamento de interesses entre eles. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa") em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez, por meio de acordo de depósitos interbancários ou operações similares, realizado com ambos controladores. Estas são operações de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *funding* com custo competitivo.

O redirecionamento estratégico realizado em grande parte das linhas de negócios da Companhia teve como objetivo reestruturar, ampliar e diversificar seus negócios, vislumbrando melhorias internas, além de sinergias na incorporação de novas equipes e plataformas. Tal medida englobou a renovação e qualificação da equipe, o fortalecimento da Governança Corporativa, a revisão dos processos de concessão de crédito, a implantação de sistemas e controles, bem como a mudança da Marca

Corporativa e da Razão Social da Companhia, que passou a se chamar Banco PAN S.A. (Ticker da ação PN: BPAN4).

Com a finalidade de estabelecer a estrutura do Banco, reforçar seu capital e desenvolver sua estratégia de crescimento, foram realizados dois aumentos de capital, em 2012 e 2014, nos valores de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 1,3 bilhão, respectivamente.

Em dezembro de 2014, o Pan vendeu suas participações societárias na PAN Seguros e na PAN Corretora. Apesar da venda das referidas participações, foi firmado um acordo operacional de distribuição, válido por 20 anos, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Pan na comercialização de seus produtos, e este será remunerado com uma receita de serviço.

Em virtude do aumento de capital e da venda das participações nas sociedades Pan Seguros e Pan Corretora, o Pan obteve o reforço de capital necessário para dar continuidade à sua estratégia de crescimento, permitindo que o Banco encerrasse o ano de 2015 com um Índice de Basileia em 16,5%.

b. Estrutura de capital

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	4	0,00	104	0,00	108	0,00
Mercado	4	0,00	179.246.243	45,49	179.246.247	19,29
Total	535.029.747	100,0	394.010.416	100,0	929.040.163	100,0

- Estrutura de Capital¹

	31 de dezembro de		
Capital Próprio (R\$ milhões)	2015	2014	2013
Capital Social	3.460,7	3.460,7	2.867,0
Reservas de Capital	195,2	195,2	0,0
Reservas de Lucros	7,7	0,0	0,0
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(19,9)	(24,3)	(16,3)
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	0,0	2,8	(545,9)
Total do Patrimônio Líquido	3.643,8	3.634,5	2.304,9

¹ Dados consolidados do Pan e empresas controladas

Capital de terceiros (R\$ milhões)	31 de dezembro de			2015 vs. 2014	2015 vs. 2013
	2015	2014	2013		
Depósitos Interfinanceiros	10.096,8	8.631,5	6.404,4	17,0%	57,7%
LCA e LCI	2.440,2	2.377,3	2.196,1	2,6%	11,1%
Bonds	2.203,2	2.197,1	1.931,2	0,3%	14,1%
Depósitos a Prazo	1.927,0	2.736,0	2.682,9	-29,6%	-28,2%
Letras Financeiras	1.695,1	2.139,5	2.345,1	-20,8%	-27,7%
Compromissadas	1.637,7	1.176,0	1.087,0	39,3%	50,7%
Captações Vinculadas à Cessão de Créditos ²	489,7	690,0	0,0	-29,0%	-
Obrigações por Empréstimos	154,7	168,3	339,8	-8,1%	-54,5%
Cessões de Crédito a Outras Instituições Financeiras ³	0,0	96,9	498,7	-100,0%	-100,0%
Outros	81,9	117,4	193,5	-30,3%	-57,7%
Total de Capital de Terceiros	20.726,5	20.330,2	17.678,7	1,9%	17,2%

² Referem-se a cessões com coobrigação

³ Créditos vinculados à cessão com retenção de riscos e benefícios de acordo com a Resolução CMN 3.533/08

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de liquidez vigente estabelece a necessidade de manutenção de um caixa mínimo suficiente para garantir o cumprimento de 100% das obrigações com vencimento no prazo de 90 dias. Para a apuração da liquidez disponível, são considerados os limites disponíveis no Acordo Operacional com os controladores, pois tais limites representam obrigação contratual irrevogável.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em dezembro de 2015, os recursos captados totalizaram R\$20,7 bilhões, valor 1,9% superior ao saldo de R\$20,3 bilhões no encerramento de 2014 e 17,2% acima do saldo de R\$17,7 bilhões registrado no final de 2013. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$12,0 bilhões, ou 58,0% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário ("LCI") e letras de crédito do agronegócio ("LCA"), que representavam R\$ 2,4 bilhões, ou 11,8% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 2,2 bilhões, representando 10,6% do total; (iv) as letras financeiras, que correspondiam a R\$ 1,7 bilhão, ou 8,2% do total; (v) as operações compromissadas, no total de R\$1,6 bilhão, 7,9% do total; (vi) as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após julho de 2014, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 3.533/08, no valor de R\$489,7 milhões, representando 2,4% do total; e (vii) outras obrigações por empréstimos no Brasil e no Exterior, que correspondiam a R\$154,7 milhões, equivalentes a 0,7% do total.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Pan vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, os depósitos a prazo eram compostos exclusivamente por aplicações em certificado de depósito bancário ("CDB"), uma vez que o estoque de captações via depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos ("DPGE") foi liquidado no 4º trimestre de 2015. O saldo de captações via DPGE já vinha sendo gradativamente reduzido, encerrando o ano de 2014 em R\$154,8 milhões, valor 63,6% inferior aos R\$425,2 milhões registrados ao final de 2013.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, normalmente de curto prazo (entre 30 e 180 dias), constituídos, em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros com os acionistas controladores, conforme estabelecido em Acordo Operacional.

LCI e LCA

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo Pan encontram-se detalhadas no item 10.f., abaixo.

Letras Financeiras

Referem-se a títulos de crédito emitidos pelo Pan para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas têm como finalidade a gestão de caixa da Companhia.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos se referem a créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN 3.533/08.

Empréstimos no Brasil e exterior

Referem-se a linhas de crédito contratadas junto a outras instituições financeiras, entre elas o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID").

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do BACEN que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. A posição de liquidez é administrada realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem

liquidez imediata no mercado. Além disso, a Companhia possui acordos operacionais com os controladores que garantem liquidez mesmo em um cenário de crise.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como parte do programa de captação de recursos no exterior, em abril de 2010, foi emitida uma dívida subordinada no valor de US\$ 500 milhões, com vencimento em abril de 2020.

Em continuidade a esse programa, em agosto de 2010, foram emitidas notas seniores denominadas "Euro Medium-Term Notes" no valor de US\$300,0 milhões, com prazo de 5 anos. Dessa forma, em agosto de 2015, houve o vencimento destas notas sênior, liquidadas através de recursos captados localmente a custos menores.

O Pan possui, ainda, captações de recursos via emissão de letras financeiras subordinadas, emitidas em diferentes momentos, volumes e prazos, quais sejam: (i) tranche de R\$10,0 milhões emitidos em maio de 2012, com vencimento em maio de 2018; tranche de R\$100,0 milhões emitida em junho de 2013, com vencimento previsto para 5 de abril de 2019; e (iii) tranche de R\$500,0 mil emitida em outubro de 2014, com vencimento em outubro de 2019.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Desde 2011, a partir da formação do bloco de controle do Pan entre Caixa Econômica Federal ("Caixa") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica entre os acionistas controladores e a Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez através de acordo de depósitos interbancários ou operações similares realizadas com ambos os acionistas controladores, BTG Pactual e Caixa. Estes são contratos de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Pan alternativas de *funding* com custo competitivo.

Adicionalmente, desde 2012, o Pan mantém acordo de cooperação mútua junto à Caixa para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seu objetivo é criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

(iv) *eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.*

A dívida subordinada emitida no exterior, com vencimento em abril de 2020, possui cláusulas de vencimento antecipado, inclusive em razão de alienação do controle societário do Banco, caso os atuais controladores deixem de possuir, direta ou indiretamente, o controle acionário da Companhia de forma individual ou combinada.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há limite de utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 em relação às contas apresentadas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Ativo circulante e realizável a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)	2015	%	2014	%	2013	%	2015 vs. 2014 (%)	2015 vs. 2013 (%)
Ativo circulante e realizável a longo prazo								
Disponibilidades	48,0	0,2%	47,3	0,2%	47,8	0,2%	1,6%	0,6%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.189,7	4,6%	957,5	3,8%	1.230,7	5,8%	24,3%	-3,3%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.827,5	11,0%	2.621,8	10,4%	1.738,2	8,2%	7,8%	62,7%
Relações interfinanceiras	21,4	0,1%	48,1	0,2%	28,5	0,1%	-55,6%	-25,0%
Operações de crédito	15.181,4	58,8%	15.375,4	61,0%	12.694,7	59,7%	-1,3%	19,6%
Operações de arrendamento mercantil	7,5	0,0%	34,9	0,1%	115,8	0,5%	-78,5%	-93,5%
Outros créditos	5.857,5	22,7%	5.424,5	21,5%	4.909,3	23,1%	8,0%	19,3%
Outros valores e bens	686,7	2,7%	709,0	2,8%	515,7	2,4%	-3,1%	33,2%
Total	25.819,7	100,0%	25.218,4	100,0%	21.280,7	100,0%	2,4%	21,3%
Permanente								
Investimentos	3,5	1,3%	0,8	0,3%	0,8	0,2%	336,1%	346,7%
Imobilizado de uso	50,1	18,1%	55,4	19,6%	65,4	21,0%	-9,5%	-23,4%
Intangível	223,7	80,7%	225,8	80,1%	246,0	78,8%	-0,9%	-9,0%
Total	277,3	100,0%	282,0	100,0%	312,2	100,0%	-1,6%	-11,2%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao final de 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$1.189,7 milhões, registrando aumento de 24,3% em relação ao saldo de R\$957,5

milhões do final de 2014, devido, principalmente, ao aumento das aplicações em operações no mercado aberto lastreadas em títulos públicos federais (NTN). Na comparação com o saldo registrado ao final de 2013, de R\$1.230,7 milhões, houve queda de 3,3% em decorrência da redução das aplicações em depósitos interfinanceiros.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou aumento de 7,8% em relação a dezembro de 2014, e de 62,7% em relação ao mesmo período de 2013. O aumento do saldo, de R\$2.621,8 milhões em 2014 para R\$2.827,5 milhões em 2015, ocorreu em decorrência do aumento em R\$335,9 milhões na marcação a mercado dos *swaps*, contabilizados na linha de instrumentos financeiros derivativos, explicado pela forte valorização do dólar frente ao real principalmente no último trimestre de 2015.

Já o aumento em relação ao saldo de R\$1.738,2 milhões registrado no final de 2013, ocorreu em virtude do considerável aumento em aplicações em títulos e valores mobiliários entre os dois períodos.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras registrou quedas de 55,6% e de 25,0% em relação aos últimos trimestres de 2014 e 2013, respectivamente, encerrando o ano de 2015 com saldo de R\$ 21,4 milhões. Essa queda é explicada, principalmente, pela queda no volume de recursos depositados junto ao BACEN.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram o ano de 2015 com saldo de R\$15.181,4 milhões, permanecendo praticamente estável em relação ao saldo de R\$15.375,4 milhões em 2014 e com crescimento de 19,6% frente aos R\$12.694,7 milhões de 2013. Sendo assim, como parte do plano estratégico de diversificação da carteira do Banco, houve redução no saldo da carteira de crédito para a aquisição de veículos durante o ano de 2015, considerada uma carteira de maior risco diante de um cenário de retração da atividade econômica e aumento do desemprego, que foi compensada pelo crescimento dos empréstimos consignados.

Operações de arrendamento mercantil

O saldo da carteira de arrendamento mercantil manteve sua trajetória de queda, refletindo a queda na demanda no mercado de *leasing*. A carteira de arrendamento mercantil encerrou, portanto, o ano de 2015 com saldo de R\$7,5 milhões, frente aos saldos de R\$34,9 milhões em dezembro de 2014 e de R\$115,8 milhões em dezembro de 2013.

Outros Créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou crescimento de 8,0% no último ano e de 19,3% em relação a 2013, encerrando o ano de 2015 com saldo de R\$ 5.857,5

milhões. Esse aumento foi decorrente do crescimento de valores a receber de cartões de crédito, aumento dos créditos tributários, dentre outros.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 3,1% no último ano, após registrar crescimento de 33,2% em relação ao saldo de 2013. A queda apresentada em 2015 frente ao saldo de 2014 se deveu, principalmente, à queda das comissões antecipadas pagas à correspondentes bancários devido à mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BACEN nº 3.738/14. Na comparação com o saldo apresentado em 2013, o aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do valor das comissões pagas aos correspondentes, em decorrência do aumento da produção.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$312,2 milhões em dezembro de 2013, para R\$282 milhões em dezembro de 2014 e para R\$277,4 milhões no mesmo período de 2015. Essas quedas são explicadas pela depreciação dos ativos imobilizados e à amortização dos ativos intangíveis.

Passivo circulante e exigível a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)	2015	%	2014	%	2013	%	2015 vs. 2014 (%)	2015 vs. 2013 (%)
Passivo circulante e realizável a longo prazo								
Depósitos	12.097,1	53,9%	11.474,5	52,5%	9.265,3	48,0%	5,4%	30,6%
Depósitos à vista	73,2	0,3%	107,0	0,5%	178,1	0,9%	-31,5%	-58,9%
Depósitos interfinanceiros	10.096,8	45,0%	8.631,5	39,5%	6.404,4	33,2%	17,0%	57,7%
Depósitos a prazo	1.927,0	8,6%	2.736,0	12,5%	2.682,9	13,9%	-29,6%	-28,2%
Captações no mercado aberto	1.637,7	7,3%	1.176,0	5,4%	1.087,0	5,6%	39,3%	50,7%
Recursos de aceites e emissão de títulos	4.004,1	17,8%	5.168,1	23,6%	5.124,7	26,6%	-22,5%	-21,9%
Relações interfinanceiras	102,8	0,5%	107,3	0,5%	129,7	0,7%	-4,2%	-20,8%
Relações interdependências	29,0	0,1%	4,0	0,0%	0,6	0,0%	617,3%	4707,3%
Obrigações por empréstimos	154,7	0,7%	168,3	0,8%	339,8	1,8%	-8,1%	-54,5%
Instrumentos financeiros derivativos	16,4	0,1%	15,2	0,1%	10,9	0,1%	8,1%	50,2%
Outras obrigações	4.409,8	19,6%	3.750,8	17,2%	3.327,4	17,3%	17,6%	32,5%
Total	22.451,7	100,0%	21.864,3	100,0%	19.285,6	100,0%	2,7%	16,4%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 5,4% no último ano e 30,6% nos últimos dois anos, passando de R\$9.265,3 milhões em dezembro de 2013, para R\$12.097,1 milhões em dezembro de 2014, devido principalmente ao aumento do volume das captações de recursos por meio de depósitos interfinanceiros, que apresentou crescimento de 17,0% e 57,7%, se comparados com os exercícios de 2014 e 2013, respectivamente.

Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o ano com o montante de R\$1.637,7 milhões, apresentando aumentos de 39,3% e 50,7% quando comparado aos saldos dos exercícios findos em dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. Esse

crescimento ocorreu devido ao aumento no volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos encerrou o ano de 2015 em R\$4.004,1 milhões, apresentando queda de 22,5% e 21,9% frente aos saldos de R\$5.168,1 milhões e R\$5.124,7 milhões ao final de 2014 e 2013, respectivamente, devido, principalmente, à liquidação, em 04 de agosto de 2015, da dívida sênior emitida no exterior (*Euro Medium-Term Notes*), cujo saldo em dezembro de 2014 era de R\$773,6 milhões, e da queda no saldo de Letras Financeiras emitidas no país.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras caiu 4,2% e 20,8% quando comparamos o montante obtido ao final de 2015, com os montantes de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. Essas quedas são justificadas, basicamente, pela queda do saldo de pagamentos devidos à Caixa pelo Pan referente a parcelas de contratos cedidos recebidos antecipadamente e bens retomados, relacionados a operações de cessão de crédito.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta de instrumentos financeiros derivativos apresentou crescimento de 8,1% e 50,2% frente aos exercícios de 2014 e 2013, respectivamente, passando de R\$10,9 milhões em dezembro de 2013, para R\$15,2 milhões em 2014 e encerrando o ano de 2015 em R\$16,4 milhões. Essa variação é proveniente do diferencial a pagar sobre as operações de *hedge* (por meio de *swaps*) realizados como proteção das operações passivas e títulos emitidos pela Companhia no exterior, em razão da depreciação do real frente ao dólar.

Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 17,6% de 2014 para 2015, e 32,5% em relação ao saldo de 2013, aumentos esses explicados, principalmente, pelo aumento do saldo da marcação a mercado das dívidas subordinadas emitidas no exterior devido à depreciação do real frente ao dólar. Vale ressaltar que o Pan realiza o *hedge* dessa dívida, neutralizando o impacto da variação cambial (conforme demonstrado nas notas 3e e 7c das Demonstrações Financeiras da Companhia).

Patrimônio Líquido

Ao final de 2015, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$3.643,9 milhões, praticamente estável em relação ao Patrimônio de R\$3.634,5 milhões ao final de 2014, porém, 58,1% superior ao Patrimônio de R\$2.304,9 milhões ao final de 2013. Tal variação foi consequência do aumento de capital, realizado no 3º trimestre de 2014, e da venda da Pan Seguros e da Pan Corretora, concluída em dezembro de 2014.

Análise das Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE): 31 de dezembro de 2015

(R\$ milhões)	2015	2014	2013	2015 vs. 2014 (%)	2015 vs. 2013 (%)
Rendas de operações de crédito	6.385,7	4.650,6	4.063,3	37,3%	57,2%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	9,3	34,4	67,0	-73,0%	-86,1%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	386,6	261,6	340,7	47,8%	13,5%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	733,8	100,8	(53,4)	628,0%	-
Resultado de operação de câmbio	183,8	109,5	117,7	67,9%	56,1%
Receitas de intermediação financeira	7.699,2	5.156,9	4.535,3	49,3%	69,8%
Operações de captação no mercado	(3.755,3)	(2.249,8)	(1.428,6)	-66,9%	-162,9%
Operações de empréstimos e repasses	(43,3)	(44,7)	(90,3)	3,1%	52,0%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.024,9)	(953,7)	(1.004,5)	-7,5%	-2,0%
Despesas de intermediação financeira	(4.823,6)	(3.248,2)	(2.523,4)	-48,5%	-91,2%
Resultado bruto de intermediação financeira	2.875,6	1.908,7	2.011,9	50,7%	42,9%
Receita de prestação de serviços	480,9	400,1	368,6	20,2%	30,5%
Receita de prêmios ganhos de seguros	-	169,4	129,0	-	-
Despesas de sinistros retidos	-	(45,4)	(43,9)	-	-
Despesas de pessoal	(528,5)	(453,3)	(430,3)	-16,6%	-22,8%
Outras despesas administrativas	(1.748,5)	(1.306,8)	(1.263,4)	-33,8%	-38,4%
Despesas tributárias	(243,8)	(195,9)	(217,4)	-24,5%	-12,1%
Outras receitas operacionais	250,7	155,9	303,9	60,8%	-17,5%
Outras despesas operacionais	(1.210,9)	(991,1)	(919,5)	-22,2%	-31,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.000,0)	(2.267,2)	(2.073,0)	-32,3%	-44,7%
Resultado operacional	(124,4)	(358,5)	(61,1)	65,3%	-103,7%
Resultado não operacional	(74,4)	318,3	(55,6)	-123,4%	-33,9%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(198,8)	(40,1)	(116,7)	-395,4%	-70,5%
Provisão para imposto de renda	9,7	(5,7)	(33,5)	-	-
Provisão para contribuição social	(2,4)	(45,3)	(23,5)	94,7%	89,8%
Ativo fiscal diferido	199,6	98,9	21,9	101,8%	811,2%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	206,9	48,0	(35,1)	-	-
Participação de acionistas minoritários	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8,1	7,8	(151,7)	-	-

Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira somaram R\$7.699,2 milhões ao final de 2015, com aumento de 49,3% frente aos R\$5.156,9 milhões de 2014 e aumento de 69,8% frente aos R\$4.535,3 milhões de 2013. Essas receitas são compostas pelos resultados com operações de crédito, que representaram 83,0% de tais receitas em 2015, pelo resultado de operações de arrendamento mercantil, equivalente a 0,1%, pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, equivalente a 5,0%, e pelo resultado com operações de câmbio, representando 2,4% do total das receitas de intermediação financeira.

Despesas de intermediação financeira

As despesas de intermediação financeira somaram R\$4.823,6 milhões ao final de 2015, aumentando 48,5% em relação às despesas de R\$3.248,2 milhões de 2014 e 91,2% frente às despesas R\$2.523,4 milhões de 2013. O aumento das despesas foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das despesas com operações de captação no mercado, que responderam por 77,9% desta conta em 2015, devido ao aumento da taxa SELIC e ao aumento do volume dos passivos, acompanhando o crescimento da carteira e a necessidade de financiamento do Banco.

Além das despesas com captação, as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa também aumentaram em 2015, devido ao aumento da carteira de crédito do banco.

Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto de intermediação financeira foi de R\$2.875,6 milhões, registrando aumentos de 50,7% e 40,2% frente aos resultados brutos de R\$1.908,7 milhões em 2014 e de R\$ 2.011,9 milhões em 2013, respectivamente, justificados pelo aumento das receitas de intermediação financeira.

Outras receitas/despesas operacionais

Com relação à linha de outras receitas/despesas, a Companhia apresentou, ao final de 2015, uma despesa de R\$3.000,0 milhões, apresentando um aumento de 32,3% em relação aos R\$2.284,3 milhões de 2014, e um aumento de 44,7% em relação aos R\$2.073,0 milhões de 2013. Esse aumento foi consequência, principalmente, da elevação das contas de outras despesas administrativas, devido ao aumento das despesas com comissões pagas a correspondentes.

Resultado operacional

Diante dos movimentos apresentados nos itens acima, o Pan apresentou resultado operacional negativo de R\$124,4 milhões em 2015, apresentando melhoria em relação ao resultado negativo de R\$358,5 milhões em 2014, e uma piora em relação ao resultado negativo de R\$61,1 milhões em 2013.

Resultado não operacional

O Pan encerrou o ano de 2015 com um resultado não operacional negativo em R\$74,4 milhões, frente ao resultado positivo de R\$318,3 milhões em 2014 e ao resultado negativo de R\$55,6 milhões de 2013. O principal motivo da diferença entre os resultados de 2015 e 2014 foi o impacto positivo da venda da participação societária do Banco na Pan Seguros e Pan Corretora em 2014, gerando uma receita adicional de R\$386,5 milhões naquele exercício.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social apresentaram resultado positivo de R\$206,9 milhões em 2015, frente ao resultado positivo de R\$48,0 milhões em 2014 e ao resultado negativo de R\$35,1 milhões em 2013. Em 07/10/2015 foi publicada a

Lei nº 13.169/15 que elevou, de 15% para 20%, a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras. Diante dessa alteração, o Pan reconheceu o montante de R\$119,9 milhões e a Pan Arrendamento Mercantil S.A. o montante de R\$3,3 milhões referentes a créditos tributários sobre diferenças temporárias com expectativa de realização até 12/2018, que contribuíram para o aumento da receita de Imposto de Renda e CSLL no período.

Resultado do exercício

O Pan apresentou lucro líquido de R\$8,1 milhões em 2015, comparado ao lucro líquido R\$7,8 milhões em 2014 e ao prejuízo de R\$151,7 milhões em 2013. Cabe destacar, no entanto, que o resultado de 2014 foi fortemente impactado pelo resultado líquido extraordinário de R\$231,9 milhões obtido através da venda da Pan Seguros e Pan Corretora.

10.2 Comentários dos diretores sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de prestação de serviços, receitas de prestação de serviços de originação de prêmios de seguros e receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2015, o lucro líquido foi de R\$8,1 milhões, enquanto que em 2014 foi de R\$7,8 milhões, quando houve um ganho líquido extraordinário de R\$231,9 milhões pela venda da Pan Seguros e da Pan Corretora, conforme mencionado em item anterior.

Os resultados trimestrais e anuais são impactados pelo volume e mix das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$10,488 milhões em 2015.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Inflação

O lucro líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que, em geral, elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. A elevação das taxas de juros pode afetar positivamente a receita da Companhia, uma vez que a remuneração das suas operações de crédito também se elevam em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação da Companhia) e os ativos da Companhia que rendem juros pagam uma maior remuneração. No entanto, aumentos das taxas de juros também podem afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes. Além disso, as despesas também podem aumentar, devido aos passivos da Companhia sobre os quais incide pagamento de juros, o que inclui operações de captação. Como o aumento dessa despesa acontece antes do eventual repasse na taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial deste aumento pode ser negativa.

Já as quedas nas taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação), de forma a levar a uma redução das receitas e a uma consequente piora nos resultados da Companhia. Por outro lado, poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas. Além disso, como a redução das despesas vinculadas a taxas de juros, principalmente as despesas de captação, acontece antes da redução da taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial dessa queda pode ser positiva.

Taxas de Câmbio

As variações de taxa de câmbio, no modelo atual de negócios da Companhia, não causam impactos relevantes em seus resultados.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação de Participação Societária nas sociedades Pan Seguros e Pan Corretora - 2014

Em 21 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda da participação societária detida pelo Pan nas sociedades Pan Seguros e Pan Corretora pelo valor de R\$580,00 milhões. Em 29 de dezembro de 2014, as operações previstas nos contratos de compra e venda foram concluídas após atendidas as condições precedentes necessárias e aplicáveis, incluindo a aprovação pelo BACEN e pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Essa venda permitirá que o Pan mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco acordou a distribuição de seguros para a Pan Seguros por 20 anos, a partir da conclusão da venda, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Pan na comercialização de seus produtos de seguros.

Reorganização Societária do Grupo Pan - 2015

Em 30 de setembro de 2015, a empresa Pan Holding S.A foi totalmente cindida, com versão das parcelas cindidas para (i) o Banco Pan; (ii) a Brazilian Securities Companhia de Securitização; (iii) a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.; e (iv) a BMSR II Participações S.A.. Nessa mesma data, a empresa BMSR II Participações S.A. foi incorporada pela Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. Vale ressaltar que essas alterações societárias estão pendentes de aprovação pelo BACEN.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais a serem citadas.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*. Em 31/10/2013, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.277/13, que estabelece requisitos mínimos e ajustes prudenciais a serem observados no apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, vigente a partir de junho de 2015.

A partir de 1º de fevereiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: a) em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e b) em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: a) em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e b) em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

O Banco PAN adotou, a partir de 02 de janeiro de 2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13, com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14, optando assim pela ativação de 2/3 do valor dessas remunerações. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o valor lançado para despesas relativo a 1/3 das comissões no ato da originação, foi de R\$ 125,4 milhões.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios os efeitos significativos são:

- O ativo não pode ser baixado;
- Os valores recebidos na operação têm contrapartida de passivo, e passam a apropriar despesas de captação de forma pro-rata; e

- As receitas passam a ser apropriadas pro-rata. Desta forma foi uniformizado o tratamento contábil no Brasil alinhado com as normas internacionais das IFRS.

Demais itens, conforme item 10.4.a acima.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 33, existiam, em 31 de dezembro de 2015, créditos tributários no valor de R\$ 3,1 bilhões registrados no ativo do Banco e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 1 de fevereiro de 2016, cujas premissas principais foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. A opinião dos auditores não está ressalvada em função deste assunto.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento,

ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e

- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN 3.026/02, que preveem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI), é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU), que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir desse preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- Swap: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* em contas de receita ou despesa, no resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes, os períodos de atraso definidos na referida resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da Companhia.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 1º de fevereiro de 2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei 9.514/97, será reintegrado o patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativa e adote premissas, com seu melhor julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada; e
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, os saldos de créditos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e, portanto, não contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, totalizavam R\$498,7 milhões e R\$96,9 milhões, respectivamente. O saldo dessas operações foi zerado durante o 2º trimestre de 2015 e, portanto, em 31 de dezembro de 2015, não existiam ativos e passivos detidos pela Companhia que não estivessem evidenciados em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras (CONTABILIDADE)

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

10.8 – Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Não há investimento em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve.

c. Novos produtos e serviços, indicando

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii - projetos em desenvolvimento já divulgados

iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

ANEXO II

Eleição de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar:
Eleição de Membros do Conselho de Administração:

	Paulo José Galli
Idade	55 anos
Profissão	Técnico bancário
CPF	024.563.658-79
Cargo	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição	29.04.2016
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil
Prazo do Mandato	Até a AGO de 2017
Outros Cargos	N/A
Eleito pelo Controlador	Sim

Eleição de Membros do Conselho Fiscal:

	Fernando Antônio Ribeiro Soares	Paulo Roberto Salvador Costa	Francisco Marcos Gonet Branco	Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti
Idade	42 anos	57 anos	52 anos	66 anos
Profissão	Economista	Contador	Economista	Administrador de Empresas
CPF	005.162.126-64	003.188.108-40	296.056.101-59	137.806.628-68
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de Eleição	29.04.2016	29.04.2016	29.04.2016	29.04.2016
Data da Posse	Após homologação do Banco Central do Brasil	Após homologação do Banco Central do Brasil	Após homologação do Banco Central do Brasil	Após homologação do Banco Central do Brasil
Prazo do Mandato	Até a AGO de 2017	Até a AGO de 2017	Até a AGO de 2017	Até a AGO de 2017
Outros Cargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos membros dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a/b. Currículo e demais eventos relacionados aos membros do Conselho de Administração:

Paulo José Galli – Formado em Tecnologia em Gestão Estratégica das Organizações pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Com carreira consolidada na Caixa Econômica Federal, foi Caixa Executivo entre 1985 e 1989, Supervisor entre 1989 e 1990 e Gerente de Produto entre 1990 e 1992 da Agência Jundiá da Caixa Econômica Federal. Entre os anos de 1992 a 2004 trabalhou como Gerente em diversas agências do Estado de São Paulo. Entre 2004 e 2007 foi Superintendente Nacional de Parcerias e Apoio ao Desenvolvimento Urbano. Entre 2007 a 2010 foi Superintendente Regional do Vale do Paraíba. Entre 2010 e 2011 foi Superintendente Regional de Campinas. Atualmente é Superintendente Regional Paulista. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

a/b. Currículo e demais eventos relacionados aos membros do Conselho Fiscal:

Fernando Antônio Ribeiro Soares – É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, com títulos de Mestre e Doutor pela Universidade de Brasília, é também especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Tem 18 anos de experiência no magistério em instituição de ensino superior e em preparatório para concursos. Como experiência profissional, é servidor público federal da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde junho de 1998, atuando mais recentemente como Diretor do Departamento de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria Executiva do Ministério da Defesa entre abril/2008 e agosto/2010; como Secretário de Aviação Civil substituto da mesma instituição entre agosto/2010 e junho/2011; como assessor na Secretaria Executiva do ministério da Fazenda entre junho/2011 e agosto/2012; como Coordenador-Geral de Estruturação de Projetos e Financiamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda entre agosto/2012 e fevereiro/2015; e como Diretor da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entre fevereiro/2015 e janeiro/2016. Atualmente ocupa o cargo de Diretor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Também foi membro do Conselho Fiscal da BB Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. no período entre agosto/2011 a outubro/2012; membro do Conselho de Administração da Nossa Caixa entre agosto/2011 e outubro/2012; membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero entre abril/2011 e outubro/2013, sendo Presidente do referido Conselho no período compreendido entre abril/2013 e outubro/2013. Atualmente é membro do Conselho de Administração da mesma Infraero, cargo em que está empossado desde maio/2015. Também é autor de diversas publicações. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Paulo Roberto Salvador Costa – Formado em Contabilidade pela Faculdade São Judas Tadeu. Atua há 23 anos no mercado financeiro, com sólida experiência em perícia contábil, judicial e extrajudicial, contratos no âmbito do mercado financeiro, planejamento tributário e organização societária e contabilidade de instituições financeiras. Na Varig Leasing S.A. e no Banco de Crédito Nacional S.A., atuou nas áreas contábil e de crédito, bem como elaborou e implantou as estruturas administrativas, enquadrando, formalizando e controlando toda carteira de Leasing. Foi responsável ainda pelo “back-office” da Simpex Corretora de Mercados e Futuros Ltda. Atualmente atua em perícia, judicial e extrajudicialmente, nas áreas cível e trabalhista. Também, assessora e desenvolve trabalhos técnicos nas áreas fiscal, contábil e tributária. No Banco Pan S.A., foi eleito como Membro Efetivo do Conselho Fiscal em AGE de 26.09.2011, e reeleito em AGO de 25.04.2012, em AGO de 30.04.2013, em AGO de 30.04.2014 e em AGO de 30.04.2015. Em 2016, é indicado para ocupar o cargo de

Membro Efetivo do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Francisco Marcos Gonet Branco – É formado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília e Mestre pela mesma Instituição, com especialização em Economia Brasileira. Foi Técnico da área econômico-financeira no Projeto Nacional de Saneamento Rural entre abril/1987 e julho/1988; Assessor da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Indústria e Comércio entre dezembro/1986 e abril/1987 e Coordenador-Adjunto de Assuntos Econômicos da mesma Instituição entre julho/1988 e outubro/1988; Chefe da Divisão de Análise de Projetos da Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento e Exportação entre outubro/1988 a outubro/1989; Consultor junto ao Projeto Nacional de Saneamento Rural da Organização Pan-Americana de Saúde entre novembro/1989 e julho/1990; Consultor junto ao Departamento Nacional de Emprego/MTPS e CODEFAT da Organização Internacional do Trabalho entre agosto/1990 e junho/1992; Chefe da divisão na Coordenadoria de Estudos Previdenciários e Sócios Econômicos da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social entre julho/1992 a março/1993; Consultor junto ao Ministério da Previdência Social da CEPAL entre abril/1993 e novembro/1997; Diretor da Infoeconomics – Informática e Economia Ltda. Entre janeiro/1994 e dezembro/1997; Assessor processual do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE entre outubro/1998 e junho/1999; Assessor da Secretaria de Assuntos Federativos da Secretaria Geral da presidência da República entre junho/1999 e junho/2002; Gerente de projetos de Fiscalização e Avaliação da Secretaria do programa Nacional de Bolsa Escola do Ministério da Educação e Cultura entre julho/2002 e janeiro/2003, e Coordenador-geral de Auditoria da mesma Secretaria entre janeiro/2003 e julho/2003. Também atuou no Ministério da Previdência Social entre julho/2003 a março/2006 em várias funções, sendo a última delas a de Subsecretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração; no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na função de Assessor na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração entre novembro/2006 a dezembro/2008; no IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis entre abril/2008 e maio/2015 em diversas funções, sendo a última delas Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento. Atuou, ainda, como Assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão entre julho/2015 a março/2016. Desde março/2016 atua como assessor da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti – Formado em administração de empresas pela ESAN – Escola Superior de Administração e Negócios e em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica – PUC. Possui vasta experiência, já tendo atuado em bancos comerciais e de investimentos, em mercado de capitais, auditoria, contabilidade e nas áreas financeiras e jurídicas. Atuou por mais de 12 anos como auditor e supervisor no Banco de Crédito Nacional S/A, de 1997 a 1999 no Banco Pactual S/A na área de recuperação de créditos e entre 1999 a 2004 na área de operações de crédito e controles financeiros no Banco Royal de Investimento S/A. Atualmente, trabalha desde 2009 na CFK Participações Ltda. atuando nas áreas financeira, contábil, de investimentos nacionais e internacionais e atividades agrícolas. No Banco Pan S.A., foi eleito como Membro Suplente do Conselho Fiscal em AGE de 26.09.2011, e reeleito em AGO de 25.04.2012, em AGO de 30.04.2013, em AGO de 30.04.2014 e em AGO de 30.04.2015. Em 2016, foi indicado para ocupar o cargo de Membro Suplente do Conselho Fiscal. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou

administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

Não há relação familiar entre os administradores da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle de administradores e controladas e outros:

Membros do Conselho de Administração:

Pessoa	Parte relacionada	Tipo de parte relacionada	Cargo ou função da pessoa junto à parte relacionada
Paulo José Galli	Caixa Econômica Federal	Co - Controlador Indireto	Superintendente Regional Paulista

Membros do Conselho Fiscal:

Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre os membros do Conselho Fiscal e (a) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras, ou controladas de quaisquer dessas pessoas.

ANEXO III

Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. *Objetivos da política ou prática de remuneração*

O objetivo da Política de Remuneração de Administradores da Companhia é compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore ou salário fixo.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

Conselho Fiscal

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76, no exercício de 2016, os membros do Conselho Fiscal receberam remuneração correspondente a 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

b. *Composição da remuneração*

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: por (i) pró-labore mensal e (ii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido; e
- (ii) Benefícios – o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 97,58% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 2,42% correspondem aos benefícios listados no item 13.1.b.i acima.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração dos membros da administração da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia. A remuneração da Diretoria é reajustada anualmente, de acordo com o mercado.

A Companhia estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região da Companhia, utilizando como insumo para decisões internas a variação percentual

da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.)

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores da Companhia a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente a gerar melhores resultados para a Companhia.

Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a política de remuneração da Companhia busca reter os melhores profissionais e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração estimada total do Exercício Social 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	13,00	6,83	3,00	22,83
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	2.900.000,00	11.272.164,19	289.470,00	14.461.634,19
Benefícios direto e indireto	-	279.977,71	-	279.977,71
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	2.900.000,00	11.552.141,90	289.470,00	14.741.611,90

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12,08	9,00	3,00	24,08
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	2.860.000,00	12.368.363,82	228.069,21	15.456.433,03
Benefícios direto e indireto	-	256.860,28	-	256.860,28
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-

Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessaç�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Observa�o	-	-	-	-
Total da remunera�o	2.860.000,00	12.625.224,10	228.069,21	15.713.293,31

Remunera�o total do Exerc�cio Social 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	Total
N� de Membros	9,67	9,08	3,00	21,75
Remunera�o fixa anual	-	-	-	-
Sal�rio ou pr�-labore	2.305.044,56	8.788.841,16	211.826,67	11.305.712,39
Benef�cios direto e indireto	-	194.220,48	-	-
Participa�es em comit�s	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descri�o de outras remunera�es fixas	-	-	-	-
Remunera�o vari�vel	-	-	-	-
B�nus	-	-	-	-
Participa�o de resultados	-	-	-	-
Participa�o em reuni�es	-	-	-	-
Comiss�es	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descri�o de outras remunera�es vari�veis	-	-	-	-
P�s emprego	-	-	-	-
Cessa�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Observa�o	-	-	-	-

Total da remuneração	2.305.044,56	8.983.061,64	211.826,67	11.499.932,87
----------------------	---------------------	---------------------	-------------------	----------------------

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12	9,33	2,83	24,16
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	1.901.333,00	9.654.546,00	186.296,00	11.742.175,00
Benefícios direto e indireto	-	155.576,00	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessaç�o do cargo	-	-	-	-
Baseada em a�oes	-	-	-	-
Observa�o	Dos 12 Conselheiros de Administra�o, 4 renunciaram � remunera�o.	-	-	-
Total da remunera�o	1.901.333,00	9.810.122,00	186.296,00	11.897.751,00

13.3 Remunera o variável do conselho de administra o, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remunera o dos administradores da Companhia   composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 31.12.2015:

Banco Pan S.A.

Acionista	Ações de emissão da Companhia		
	Preferenciais	Ordinárias	(%)
Conselho de Administração	104	4	0,00
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	104	4	0,00

13.6 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.7 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há.

13.11 Remuneração Média dos Administradores

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	9,00	9,08	9,33
Valor da maior remuneração (Reais)	2.185.191,98	1.005.771,00	1.276.250,00
Valor da menor remuneração (Reais)	756.000,00	58.050,00	886.250,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.374.262,65	610.737,42	1.034.785,21
Observação		-	-

	Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	12,08	9,67	12,00
Valor da maior remuneração (Reais)	240.000,00	240.000,00	240.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	115.333,33	36.000,00	240.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	204.285,71	164.646,04	237.666,63
Observação		-	-

	Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	3,00	3,00	2,83
Valor da maior remuneração (Reais)	76.023,07	70.669,30	66.889,00
Valor da menor remuneração (Reais)	76.023,07	11.106,37	66.889,00
Valor médio da remuneração (Reais)	76.023,07	35.304,45	65.828,98
Observação	-	-	-

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
Conselho de Administração	18,20%
Diretoria Estatutária	80,35%
Conselho Fiscal	1,45%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
Conselho de Administração	21,53%
Diretoria Estatutária	76,55%
Conselho Fiscal	1,92%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013	
Conselho de Administração	16,19%
Diretoria Estatutária	82,22%
Conselho Fiscal	1,59%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.

ANEXO IV

Destinação de lucro líquido da Companhia

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 8,1 milhões no balanço individual e consolidado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Descrição	Valor R\$ mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio a pagar até 30.12.2016	3.152	0,00339	0,00288	0,00339	0,00288

Os juros sobre capital próprio serão pagos, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016, com base na posição acionária de 01 de fevereiro de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária e com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, na forma da legislação em vigor, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Descrição	Valor R\$ mil	Percentual ¹
Lucro Líquido do Exercício de 2014	8.052	-
(-) Reserva Legal	(403)	-
Base de Cálculo	7.649	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	3.152	41,2
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(472)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	2.677	35,0

¹ Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Descrição	Valor R\$ mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio pagos em 30.04.2015	1.811	0,00195	0,00166	0,00195	0,00166

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio ("JCP"), além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2015 - R\$ mil	2014 - R\$ mil	2013 - R\$ mil	2012 - R\$ mil
ON	4.637	2.666	-	-
PN	3.415	1.964	-	-
Total	8.052	4.630	-	-

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2015 - R\$ mil	2014 - R\$ mil	2013 - R\$ mil	2012 - R\$ mil
ON	1.815	1.043	-	-
PN	1.337	768	-	-
Total	3.152	1.811	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$403 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos do estatuto social, o Pan destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para o pagamento de JCP a serem imputados nos dividendos obrigatórios.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor global de R\$ 1.337 mil.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor de R\$ 0,003392520.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações

dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva estatutária foi de R\$ 4.497 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.